Herbert A. Simon e o conceito de racionalidade: limites e procedimentos*

Gustavo Barros†

Maio de 2007

Resumo

Discuto neste artigo a concepção de racionalidade de Herbert A. Simon em duas de suas principais definições gerais: a racionalidade limitada e a racionalidade procedimental. Argumento que a segunda é a que melhor sintetiza a visão do autor sobre o comportamento racional e que a primeira cumpre principalmente uma função crítica. Elas são complementares neste sentido. A despeito disso, sugiro que é a pouca especificidade do conceito de racionalidade limitada um dos motivos para seu sucesso relativamente maior.

Palavras-chave: Herbert A. Simon, racionalidade limitada, racionalidade procedimental

Classificação JEL: D01, B31, B52

*Este trabalho consiste numa versão preliminar em português, próxima da final, do artigo intitulado "Herbert A. Simon and the concept of rationality: boundaries and procedures", publicado na *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 3, jul.–set. de 2010, pp. 455–472. Ambos são derivados da dissertação de mestrado realizada pelo autor (Barros 2004) sob a orientação da Profa. Ana Maria Bianchi e defendida em 2004 na Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo. O desenvolvimento da dissertação contou com o apoio financeiro da CAPES e da FIPE. Este artigo também se beneficiou da interação com o grupo de pesquisa Complex (Economia e Complexidade) na FEA e, em particular, o argumento aqui proposto deve muito às discussões com Jorge Eduardo de Castro Soromenho. Agradeço também os comentários de Edmundo Juarez Filho sobre a disssertação e de Gilberto Tadeu Lima sobre a dissertação e sobre uma versão preliminar deste artigo.

†Home page: `http://gustavo.barros.nom.br/`

Introdução

Herbert A. Simon autodenominou-se e foi denominado "o profeta da racionalidade limitada" (Simon 1996, p. 250; Sent 1997, p. 323). A despeito do tom da afirmação, está fora de dúvida que, na economia pelo menos, o conceito de racionalidade limitada está firmemente associado ao nome de Simon, e vice-versa, e que sua autoridade é recorrentemente acionada para lastrear o uso do conceito que se tem feito, hoje em dia já de forma relativamente mais recorrente, por distintas vertentes do campo da ciência econômica.

Ainda que Simon fizesse parte do coro de críticos ao conceito de racionalidade plena desde cedo em sua carreira, uma conceituação mais precisa, e o próprio termo "racionalidade limitada" (*bounded rationality*), datam de meados da década de 1950. Segundo Klaes e Sent (2005), ao que tudo indica, o termo aparece publicado pela primeira vez no livro *Models of man, social and rational*, de 1957.[1] No entender do próprio Simon, a posição já estava bem delineada em um artigo não muito anterior, e que foi compilado no livro de 1957 (Simon [1955] 1957a; ver a esse respeito Silveira 1994, p. 73). De qualquer maneira, por volta dessa época o conceito já tinha a forma que ele possui ainda hoje: a incapacidade de exercício da racionalidade plena faz dos agentes econômicos seres dotados de uma racionalidade limitada. No entanto, Simon, ao longo de sua extensa carreira acadêmica, caminharia muito na direção de especificar sua concepção de racionalidade. Um dos passos mais importantes nesta direção foi o conceito de "racionalidade procedimental" (*procedural rationality*) (Simon 1976b), proposto pouco antes dele receber o prêmio Nobel, em 1978. No meu entender, a racionalidade procedimental tem a capacidade de sintetizar de forma bastante adequada a visão de Simon a respeito da racionalidade. Contudo, este segundo conceito geral de racionalidade já tem uma presença bem menos marcante nos dias de hoje no campo da ciência econômica e, até onde eu sei, jamais teve uma penetração tão ampla quanto o conceito de racionalidade limitada.[2]

Argumento neste artigo o seguinte. Em primeiro lugar, que o conceito de racionalidade limitada caracteriza-se, sobretudo, pelo seu baixo grau de especificidade. Em segundo lugar, que esta característica pode dar conta de muito da (relativa) popularidade atual do conceito. Em terceiro lugar, argumento que as demais contribuições de Simon no debate sobre racionalidade e comportamento econômicos, mesmo as anteriores a 1976,

[1] *Modelos de homem, social e racional. Ensaios matemáticos sobre o comportamento humano racional em um meio social.*

[2] Klaes e Sent (2005, p. 42) apontam que o conceito de racionalidade procedimental acabou tendo um "papel secundário", tanto no próprio trabalho de Simon quanto em referências a ele.

podem ser agrupadas sob o termo "procedimentos" e, portanto, que sua teoria comportamental é fundada na racionalidade procedimental. Em outras palavras, é o caso de tratar o conceito de racionalidade procedimental como aquele que melhor explicita a visão de Simon sobre o comportamento racional, em detrimento do conceito de racionalidade limitada, que cumpre principalmente um papel crítico à teoria econômica hegemônica. Este artigo é composto, além desta introdução, de mais quatro seções. Na segunda seção, discuto o conceito de racionalidade limitada tendo em vista defini-lo e apontar algumas características importantes dele. Na terceira seção, apresento o conceito de racionalidade procedimental para posteriormente, na quarta seção, discutir a relação entre estes dois conceitos gerais de racionalidade desenvolvidos por Simon. Especial atenção é dedicada para a cronologia histórica da construção destes conceitos pelo autor tendo em vista que isto ajuda a esclarecer a relação lógica entre eles. Finalmente, numa quinta seção, faço algumas considerações finais.

Racionalidade limitada

Simon trabalhou consistentemente em sua obra tendo em vista construir uma teoria do comportamento humano. Isto é verdade, em particular, no que diz respeito às suas incursões na área da economia: o que ele produziu foi uma teoria do comportamento econômico, isto é, o foco teórico é menos "a economia" que "o agente econômico", ainda que por agente não se entenda necessariamente "indivíduo". A racionalidade ocupa um lugar central nesta teoria comportamental: é o elemento explicativo principal, ainda que não seja o único.

Para Simon, a ponte entre a racionalidade e o comportamento é realizada pelos conceitos de "escolha" e "decisão".[3] Uma escolha é uma seleção de uma, dentre inúmeras alternativas comportamentais possíveis, para ser levada a cabo. Todo comportamento envolve uma seleção deste tipo, consciente ou inconsciente. Uma decisão é o processo através do qual esta seleção é efetuada. A racionalidade é um critério utilizado na decisão e é justificado na teoria com base no pressuposto de que os agentes possuem a *intenção* de racionalidade. Em outras palavras, os agentes *valorizam* a racionalidade como um critério de escolha e é neste sentido, e por esta via, que a racionalidade é tomada como um princípio explicativo.

[3]A rigor, deveria ser incluído aqui também a "solução de problemas". A fronteira entre "decisão" e "solução de problema", no entanto, é pouco marcada: em geral, quanto mais importantes forem os processos de busca, mais perto estaremos da solução de problemas e mais longe da decisão. Tratarei ambos de forma indistinta sob o termo "decisão", pois entendo que este matiz não altera o argumento em questão aqui.

A racionalidade é definida como uma relação de adequação (eficácia) entre fins pré-estabelecidos e meios para atingi-los. Para Simon, a definição destes fins é uma questão de valor, e portanto foge ao escopo da ciência, já a adequação entre meios e fins é uma questão de fato. A avaliação factual desta adequação envolve, em teoria, três "passos": (i) a listagem de todos os comportamentos alternativos possíveis; (ii) a determinação de todas as consequências que se seguirão, no futuro, à adoção de cada uma dessas alternativas (de maneira determinista ou sob a forma de distribuição de probabilidades); (iii) a comparação das alternativas, que devem ser avaliadas pelos conjuntos de consequências que se seguem a cada uma delas, de acordo com os fins pré-estabelecidos (utilidade, lucro ou outra função *pay-off* especificada).

Até este ponto Simon não se distancia dos conceitos canônicos de racionalidade, que aparecem sob diversas alcunhas em seus trabalhos: "racionalidade plena", "racionalidade global", "a racionalidade da teoria neoclássica", "racionalidade substantiva", "racionalidade objetiva", "maximização", "otimização", "racionalidade perfeita", "racionalidade estrita" e talvez ainda outras. Tendo em vista alguma homogeneidade terminológica – ainda que sob o risco de alguma imprecisão – adotarei aqui o termo "racionalidade plena" para me referir a todas elas.

Simon, em *Administrative behavior* (1947),[4] ainda que enfatize a distinção entre comportamento efetivo e teórico, assume o modelo da racionalidade plena. Este ponto é importante porque a não apreciação deste fato leva a alguns mal-entendidos bastante correntes a respeito da história do conceito de racionalidade limitada. É verdade que, já em 1947, a distância começa a aparecer nas afirmações acerca da incapacidade dos agentes de executarem, na prática, os "passos" listados acima: (i) a racionalidade plena requer conhecimento de todas as alternativas comportamentais possíveis, no entanto apenas umas poucas dessas alternativas são consideradas; (ii) a racionalidade plena requer conhecimento e antecipação completos sobre as consequências futuras que se seguiriam à cada alternativa, no entanto tal conhecimento é sempre muito fragmentário; (iii) a valoração das consequências também tem que ser "prevista", e tal previsão dependerá, entre outras coisas, de imaginação (Simon 1947, pp. 80–81). Esta listagem separa a hipótese de onisciência da hipótese de racionalidade: todos os itens dizem respeito a limites colocados sobre o conhecimento que o agente efetivamente possui, mas que não impedem que o agente aja racionalmente a partir deste conhecimento. Contudo, essa distância aparece principalmente no sentido de estabelecer os limites *da teoria que se está utilizando*. Em

[4]*Comportamento administrativo. Um estudo dos processos de tomada de decisão na organização administrativa*.

outras palavras, o que Simon pretende aí é estabelecer a diferença entre *comportamento teórico* e *comportamento efetivo*.

Um depoimento de Antonio Maria da Silveira, que foi aluno de Simon no *Carnegie Tech* nos anos sessenta e que manteve o contato com ele posteriormente, é particularmente esclarecedor a respeito desta questão:

> Sobre Simon, o relevante a antecipar nesse contexto é que ele [...] partiu da iluminação neoclássica. Maximização era o tema de seu livro clássico, *Administrative Behavior* (1947), da mesma forma em que satisfazimento passou a sê-lo noutro clássico revolucionário, em co-autoria com March, *Organizations* (1958). [...] Simon constatou na prática a inaplicabilidade direta da teoria neoclássica. Foi também o comprometimento com a aplicabilidade direta de seu trabalho teórico que o levou à mudança, à fundação do que está hoje estabelecido como economia comportamental. Apresentei diretamente para Simon estas primeiras verificações, numa conversa em junho de 1991. Ele não só confirmou, como indicou-me ainda o artigo em que o conceito de satisfazimento já apareceu bem caracterizado, "A behavioral model of rational choice" (1955) – a propósito, Simon gostou muito de minha tradução de *satisficing* para satisfazimento, palavra buscada no português arcaico, em vez de satisfação, como vem sendo divulgado no Brasil; ele também gastou tempo na busca da palavra inglesa apropriada. (Silveira 1994, p. 73)

A própria proposta e a estrutura de *Administrative behavior* (1947) deixam o ponto claro. Em primeiro lugar, há todo um capítulo voltado a analisar a influência do "critério da eficiência" nas decisões – onde tal critério é definido como: "*o critério da eficiência dita aquela escolha de alternativas que produz o maior resultado para uma dada aplicação de recursos*"(Simon 1947, p. 179, ênfase no original) –, e que mais tarde desapareceria por completo de sua teoria. Em segundo lugar, é preciso ter em vista que Simon estava escrevendo uma tese em ciência política, tendo por assunto os processos decisórios no interior de organizações administrativas. Mais especificamente, ele estava propondo uma *teoria da administração*. E estava *fazendo uso da teoria econômica* para isso, ou seja, estava aplicando a teoria econômica à administração dentro de sua perspectiva específica. É verdade que tal aplicação da teoria econômica canônica a um âmbito distinto exigia, para Simon, uma análise a respeito das suas condições de validade e que ele não dispensou outros fatores explicativos, além da racionalidade, para o comportamento administrativo, e isso o obrigou a discutir a "área da racionalidade" e seus "limites". Mas o que é central notar é que o esforço

intelectual de Simon estava orientado não no sentido de revisar a teoria econômica, mas no de aplicá-la. E aplicá-la a uma outra área, ampliando o seu escopo, ainda que isso exigisse alguma flexibilidade. E a teoria econômica, em sua versão canônica, era, sem dúvida, uma base teórica importante para sua teoria da administração. Um trecho significativo para a discussão desta questão é o seguinte:

> A teoria da administração está preocupada com como uma organização deve ser construída e operada de forma a executar seu trabalho eficientemente. Um princípio fundamental da administração, que se segue quase que imediatamente do caráter racional da 'boa' administração, é que, entre várias alternativas envolvendo a mesma despesa deve ser sempre selecionada aquela que leva ao maior cumprimento dos objetivos administrativos; e entre várias alternativas que levam ao mesmo cumprimento deve ser selecionada aquela que envolve a menor despesa. Uma vez que este 'princípio da eficiência' é característico de qualquer atividade que tenta maximizar racionalmente o atendimento de certos fins com o uso de meios escassos, ele é característico da teoria econômica assim como da teoria da administração. O 'homem administrativo' toma o seu lugar ao lado do 'homem econômico' clássico. Na verdade, o 'princípio' da eficiência deveria ser considerado como uma definição ao invés de um princípio: ele é uma definição daquilo que se subentende por comportamento administrativo 'bom' ou 'correto'. Ele não diz como tais realizações deverão ser maximizadas, mas simplesmente afirma que esta maximização é o objetivo da atividade administrativa, e que a teoria administrativa tem que expor sob que condições a maximização se dá. (Simon 1947, p. 39)

A tensão que Simon está enfrentando aí é a de incluir a maximização do "homem econômico" como uma premissa de valor para um administrador racional, mas *sem trivializar a atividade administrativa*. É por isso que é necessário flexibilizar a teoria econômica quando ela é inserida no âmbito da administração: se isto não é feito, a tarefa administrativa torna-se banal e a teoria da administração é reduzida à teoria econômica, e torna-se inútil. Fazer isso seria "resolver o problema" – o problema a que o próprio Simon se propôs – declarando que o problema não existe. Conclusão disso tudo é que é um anacronismo atribuir a *Administrative behavior* o surgimento do conceito de racionalidade limitada. A longa introdução à terceira edição, esta de 1976, sofre deste anacronismo, e talvez seja um dos

fatores responsáveis pela confusão em torno deste assunto. Mas isto não altera a situação.

Todavia, alguns anos mais tarde, mais precisamente em meados dos anos 1950, Simon acrescentaria com clareza limitações à racionalidade propriamente ditas, e que viriam a ser decisivas: ao lado do acesso limitado aos diversos tipos de informação entra a capacidade computacional limitada. O núcleo central da teoria da escolha que ele estava então propondo está condensada em dois artigos complementares: "A behavioral model of rational choice" e "Rational choice and the structure of the environment",[5] publicados respectivamente em 1955 e 1956 (Simon [1955] 1957a; Simon [1956] 1957c). Ao sintetizar o ponto em 1957, a formulação de Simon é a seguinte:

> A abordagem alternativa empregada nestes artigos é baseada no que eu chamarei de *o princípio da racionalidade limitada: A capacidade da mente humana para formular e resolver problemas complexos é muito pequena quando comparada com o tamanho dos problemas cuja solução é requerida para o comportamento objetivamente racional no mundo real – ou mesmo para uma aproximação razoável a esta racionalidade objetiva.* (Simon 1957b, p. 198, veja também p. 202)

Até onde se sabe, este trecho constitui a primeira aparição do termo "racionalidade limitada". Um ponto importante, e que vale enfatizar nele, é que o conceito de racionalidade limitada é construído como o negativo do conceito de racionalidade plena. Os limites apontados são alguns, mas este não é o ponto central. O essencial é que o conceito de racionalidade limitada pretende englobar a ideia da *impossibilidade prática do exercício da racionalidade plena*.[6] Isto tem duas implicações, primeiro que agora Simon está efetivamente dirigindo seu poder de fogo diretamente contra a racionalidade plena: ele está questionando a teoria econômica, e falando para um público de economistas.[7] E a base do confronto é precisamente o pouco realismo dos pressupostos sustentando a racionalidade plena, resultando numa impossibilidade de aplicá-la *sem mediações* a situações práticas. Não é casual o fato de que os argumentos de Simon estão recheados de – e frequentemente têm como elemento central – expressões do tipo: "de fato", "na prática", "na realidade", "no mundo real", "na vida

[5] "Um modelo comportamental de escolha racional" e "Escolha racional e a estrutura do ambiente"

[6] E não da sua impossibilidade lógica. Os argumentos de Simon, neste ponto, se distinguem dos ataques à racionalidade plena pela via da computabilidade lógica propondo a necessidade de uma computabilidade prática, isto é, que seja possível "num tempo razoável" e não simplesmente finito.

[7] O artigo de 1955 foi publicado no *The Quarterly Journal of Economics*.

real", "realmente", "de maneira realística" etc. A segunda implicação é que a racionalidade limitada não é um conceito logicamente autônomo, em sua definição aparece implícita ou explicitamente, e tem que aparecer, o conceito de racionalidade plena, ou alguma de suas variantes. E tem que aparecer exatamente por aquilo que o conceito pretende captar: se ela se define como "impossibilidade da racionalidade plena" ou "negação da racionalidade plena" então ela é um *conceito derivado*. Ou seja, do ponto de vista lógico, é preciso definir racionalidade plena *primeiro*, para *depois* poder discutir sua impossibilidade ou não, ou o que seja a sua negação. O agente limitadamente racional é aquele que é incapaz de, na prática, exercer a racionalidade plena. Esta incapacidade é que justifica que a teoria volte a atenção para estes limites e para as formas através das quais os agentes os contornam. Se é esta negação que é visada pelo conceito na década de 1950, isso parece ser consistente com a posição do autor no final da década de 1990:

> Racionalidade plena, a racionalidade da teoria neoclássica, assume que o tomador de decisão tem uma função utilidade abrangente e consistente, conhece todas as alternativas que estão disponíveis para escolha, pode computar o valor da utilidade esperada associado a cada alternativa, e escolhe a alternativa que maximiza a utilidade esperada. Racionalidade limitada, uma racionalidade mais consistente como o nosso conhecimento sobre o comportamento de escolha humano efetivo, assume que o tomador de decisão precisa procurar por alternativas, tem um conhecimento flagrantemente incompleto e impreciso sobre as consequências das ações, e escolhe ações que se espera sejam satisfatórias (atinge metas ao mesmo tempo que satisfaz restrições). (Simon 1997, p. 17)

Simon, desde cedo, agrupa os limites à racionalidade – conhecimento bastante limitado e limites cognitivos – no que chama de "propriedades psicológicas do agente", e afirma a necessidade do estudo empírico de tais propriedades como fundamento apropriado para uma teoria do comportamento racional que se pretenda preditiva e descritiva, e até mesmo prescritiva ou normativa. A teoria da racionalidade plena opera apenas com base numa descrição "objetiva" do ambiente de decisão – as "restrições externas" – e, para caracterizar o agente, apenas suas preferências são necessárias. Simon reclama a inclusão explícita na teoria de outras características do agente, como seu conhecimento efetivo e suas capacidades cognitivas – as "restrições internas". Na década de 1950, as tentativas que ele fez para sair deste impasse teórico foram em duas direções principais.

Em primeiro lugar, a falta de realismo apontada leva a uma recomendação do estudo empírico de como a tomada de decisão é realizada na prática. Estudos de campo propriamente ditos não estão ausentes da obra de Simon, mas certamente eles não são muito representativos. A tentativa de estudo empírico da tomada de decisão veio principalmente através do uso casado de experimentos laboratoriais, com sujeitos sendo observados no processo de tomada de decisão em situações relativamente simples e padronizadas, e da simulação no computador de modelos concebidos a partir desses experimentos. Em segundo lugar, Simon propôs uma série de "simplificações"[8] que tornariam o processo de tomada de decisão mais tratável por parte do agente. Sem dúvida, a mais importante delas é a hipótese do "satisfazimento" (*satisficing*).[9]

> Nesses dois ensaios ["A behavioral model of rational choice" (Simon [1955] 1957a) e "Rational choice and the structure of the environment" (Simon [1956] 1957c)] o foco é sobre maneiras de simplificar o problema de escolha para trazê-lo ao alcance do poder de computação humano. [...] A chave para a simplificação do processo de escolha em ambos os casos é a substituição do objetivo de *maximização* pelo objetivo de *satisfazimento*, de achar um curso de ação que é "bom o suficiente". Eu tentei, nestes dois ensaios, mostrar porque esta substituição é um passo essencial na aplicação do princípio da racionalidade limitada. (Simon 1957b, pp. 204–05)[10]

De acordo com esta hipótese, os decisores, ao invés de procurar maximizar os valores numa dada escolha, visam o *satisfazimento*, procuram alternativas que são boas o suficiente de acordo com algum critério estabelecido. O decisor *otimiza* se escolhe uma alternativa que é *a melhor* de acordo com algum critério que permita comparar todas as alternativas entre si. O decisor *satisface* se escolhe uma alternativa que *atende ou excede* um conjunto de critérios mínimos de aceitabilidade, se escolhe uma alternativa satisfatória, mas que não é necessariamente nem a única, nem a

[8]Por exemplo, em Simon ([1955] 1957a) elas aparecem sob o nome de "as simplificações essenciais", em Simon ([1956] 1957c) como "simplificação dos mecanismos de escolha", em Simon (1957b) como "simplificações do processo de escolha" e em March e Simon (1958) como "modelos simplificados".

[9]Adoto a tradução de Silveira (1983), que considero apropriada, para o termo *satisficing*.

[10]O conceito de satisfazimento, em seu conteúdo, surge com clareza em Simon ([1955] 1957a), o termo aparece pouco depois em Simon ([1956] 1957c, pp. 261, 270–71). Outras formulações da definição podem ser encontradas espalhadas pela obra do autor, no geral sem grandes variações de conteúdo, isto é, o uso do conceito por ele é consistente ao longo do tempo. Alguns pontos de referência são: Simon (1957b, p. 205), March e Simon (1958, pp. 140–41), Simon (1976a, pp. xxix–xxx) e Simon (1987).

melhor. A otimização requer computação diversas ordens de magnitude mais complexa que aquela necessária para o satisfazimento. Em geral, a hipótese de satisfazimento é acompanhada de processos de busca, tanto por alternativas, quanto por nova informação (aprendizado). Ela é também compatível com ordenações incompletas das alternativas e com critérios múltiplos de escolha. Além do satisfazimento, outras simplificações do processo de escolha introduzidas por Simon incluem: (i) a adoção de modelos simplificados da realidade; e (ii) a fatoração das decisões em cadeias hierárquicas de meios e fins.

Já em 1955 as ideias de capacidade e demanda computacionais – esta última implicitamente, sob o termo "ambiente" com o qual o decisor se defronta – aparecem bem definidas:

> Colocada de forma ampla, a tarefa é substituir a racionalidade plena do homem econômico por um tipo de comportamento que é compatível com o acesso à informação e as capacidades computacionais que os organismos, inclusive o homem, efetivamente possuem, nos tipos de ambientes em que tais organismos existem. (Simon [1955] 1957a, p. 241)

O artigo em que figura essa citação é, como vimos, justamente o artigo no qual Simon considera que o conceito de satisfazimento aparece bem caracterizado pela primeira vez (Silveira 1994, p. 73), ainda que o termo só venha aparecer em Simon ([1956] 1957c). Segundo o próprio autor, este artigo de 1955 também é aquele que economistas citam com maior frequência para referir-se aos conceitos de racionalidade limitada e satisfazimento (Simon 1996, p. 165).[11] Do ponto de vista de nosso argumento, cabe apontar o seguinte a respeito desta citação. Fica evidente que o espectro da racionalidade plena é ainda bastante marcante: a comparação entre os dois tipos de racionalidade ainda é estrutural à teoria. A própria atitude geral do artigo denota isso, primeiro ele descreve o modelo de racionalidade plena para, na sequência, propor um conjunto de "simplificações essenciais".[12] Notem, a ideia de "simplificação" pressupõe algo que se torna mais simples, e o padrão de comparação é precisamente a racionalidade plena. Todavia, estas simplificações no processo de escolha propostas por Simon caminham efetivamente no sentido de especificar o conceito de racionalidade usado pelo autor e ultrapassam, por isso, o argumento estrito dos limites

[11] O que é, na verdade, um fato muito curioso, já que nenhum dos dois *termos* – nem racionalidade limitada, nem satisfazimento – é utilizado no artigo.

[12] O artigo de 1956, "Rational choice and the structure of the environment", que faz par com este de 1955, procede de maneira bem distinta e já mais propositiva. No entanto, ele foi publicado na *Psychological Review* e não é de se estranhar, portanto, o menor peso do conceito de racionalidade vigente no campo da ciência econômica.

à racionalidade. Argumento a seguir que estas especificações podem ser agrupadas sob o conceito de racionalidade procedimental, avançado por Simon em 1976, sendo este, portanto, o conceito geral mais apropriado para entender as definições positivas de racionalidade que foram propostas pelo autor.

Racionalidade procedimental

As simplificações dos mecanismos de escolha avançadas por Simon, que já aparecem nos artigos de meados dos cinquenta (Simon [1955] 1957a; Simon [1956] 1957c), são elementos que tornam mais importante o *processo* decisório e que constituiriam mais tarde os elementos centrais do conceito de racionalidade procedimental. Inicialmente, a questão da computação aparece um pouco emudecida na ideia de "capacidade" computacional, mas está presente, como vimos acima. Digo que a ideia de capacidade tolhe o desenvolvimento completo das questões computacionais, pois computação é algo que tem uma dimensão qualitativa importante, e fundamentalmente processual: o processo está incorporado no programa, que descreve *a forma* através da qual a computação deve ser realizada. Também aparece nesta época, como discutimos acima, o conceito de satisfazimento, a princípio sob o nome de "pay-offs satisfatórios". O satisfazimento é essencialmente aquele que abre portas, e praticamente induz, à concepção de procedimentos diversos de decisão. Com ele o decisor não precisa levar em conta todas as possíveis alternativas comportamentais e, mais do que isso, não precisa se preocupar em saber se as alternativas que está considerando são, de fato, todas as possíveis. As alternativas podem ser descobertas sequencialmente, por processos de busca, e a busca interrompida quando uma alternativa satisfatória é encontrada. O satisfazimento é, assim, o passo teórico que permite a Simon deixar a ideia de racionalidade como o raciocínio tautológico a partir de premissas dadas, que permite que a racionalidade opere sobre um espaço aberto, e não mais fechado. Mas, por outro lado, ele obriga a inquirir sobre o processo pelo qual tais premissas são construídas pelo agente. O que quero ressaltar com isso é que, embora não seja ainda a ideia de procedimento que organiza o esforço, a necessidade de teorizar sobre o "procedimento" de decisão já está embutida nas propostas teóricas de Simon em meados dos anos 1950. Mais do que isso, diante da crítica dos limites à racionalidade plena, todas as tentativas de construção positiva fazem aparecer a dimensão do processo de escolha. Contudo, a racionalidade limitada é sempre apenas o ponto de partida e resguarda o seu caráter de construção em negativo: "em condições de racionalidade limitada" os agentes adotam outros expedientes para exercer sua intenção

de racionalidade que não aqueles prescritos pela racionalidade plena. A especificação desses outros expedientes, de outros tipos de comportamento racional, é a reação à situação de racionalidade limitada, mas não é ela mesma.

O fato destes dois elementos – computação e satisfazimento – aparecerem no trabalho de Simon em 1955 não é casual. A partir de 1952, ele torna-se um consultor para a *RAND Corporation*, a princípio envolvido em simulações de uma estação de aviso antiaéreo, e depois de 1955 vinculado ao Departamento de Ciências da Computação. A *RAND* era o *think tank* paradigmático da pesquisa com fins militares do pós-Segunda Guerra, e era também, não por acaso, a maior estrutura computacional para fins científicos do mundo na época. A entrada na *RAND* marca uma inflexão intelectual de Simon. Entre os aspectos desta mudança que nos interessam aqui está o distanciamento dele da economia em direção às áreas da psicologia e da ciência da computação, distanciamento este que só veio a ser parcialmente revertido na década de 1970. Mais especificamente ele situou-se nas disciplinas nascentes da psicologia cognitiva, da ciência cognitiva, da inteligência artificial, da pesquisa operacional e da ciência da computação, todas elas ligadas umbilicalmente ao computador. O programa de pesquisa passa a ser essencialmente o de descobrir os *processos simbólicos que as pessoas utilizam ao pensar*, tendo por base a exploração de uma analogia entre o computador e a mente humana. O principal método utilizado era a combinação do acompanhamento em laboratório dos processos utilizados por pessoas na atividade solução de problemas e da simulação de programas de computador que tentavam emular a atividade registrada em laboratório. Tratava-se de tomar os programas como teorias: um programa capaz de simular o comportamento humano registrado em laboratório é, por si só, uma explicação para aquele comportamento. A tentativa de programar (teorizar) a solução de problemas relativamente complexos em computadores com capacidade de processamento e memória bastante limitados levou à hipótese do satisfazimento, a maximização seria impraticável sem simplificações drásticas do modelo. Em outras palavras, se a analogia mente-computador permite formar uma imagem bastante concreta do que sejam os limites cognitivos do agente, por outro lado, a programação exige sempre a especificação: de qual a informação ele possui, de quais critérios e procedimentos ele se utiliza para decidir. Sem esta especificação não há como começar o programa.

É a partir de seu trabalho na *RAND* e de seu contato com computadores, então, que Simon começa a avançar de forma mais positiva outros conceitos de racionalidade, que divergiam da racionalidade plena. Estes seriam mais tarde agrupados sob o termo "racionalidade procedimental", na tentativa

de ressaltar a importância do processo de decisão para a teoria (Simon 1976b). Vale dizer, os mesmos elementos teóricos que apareceram na década de 1950 como "simplificações" do modelo de racionalidade plena, ocupam posição de destaque entre os "procedimentos" na década de 1970, especialmente o satisfazimento. Além disso, se os problemas associados à computação já eram desde os anos 1950 a fonte principal dos avanços positivos na definição da racionalidade, eles vieram a tornar-se centrais na teoria. Cabe um comentário mais detalhado sobre cada um destes dois pontos.

O próprio Simon, ao final dos anos 1970, considera dois conceitos – que já estavam claramente presentes em suas intervenções no campo da ciência econômica nos anos 1950, e que já tivemos oportunidade de discutir acima – como os elementos centrais para uma caracterização mais "positiva" dos mecanismos de decisão: o de satisfazimento e o de busca. Em suas palavras:

> Em *Administrative behavior*, racionalidade limitada é em geral caracterizada como uma categoria residual – a racionalidade é limitada quanto ela não atinge onisciência. E as faltas de onisciência são, em geral, faltas de conhecer todas as alternativas, incerteza sobre eventos exógenos relevantes, e inabilidade para calcular consequências. Era necessária uma caracterização mais positiva e formal dos mecanismos de escolha sob condições de racionalidade limitada. [...] Dois conceitos são centrais para a caracterização: *busca* e *satisfazimento*. (Simon 1979, p. 502)

Os conceitos de busca e de satisfazimento estão intimamente relacionados. Já apontei acima que é a hipótese de satisfazimento abre espaço para processos de busca ao longo do processo de decisão. Por outro lado, um mecanismo de busca precisa – se não se pretende que a busca seja exaustiva, em cujo caso seria desnecessário considerá-la – de um critério de parada, e Simon postula o satisfazimento para tanto, e aponta evidências empíricas sustentando que este é o critério efetivamente utilizado pelas pessoas em uma vasta gama de situações, em particular as mais complexas. Satisfazimento e busca são, portanto, fortemente complementares.

O segundo ponto que se faz necessário comentar é o da computação. Já foi sugerido acima que uma importante fonte de inspiração para o conceito de satisfazimento, e para o correspondente uso que Simon faz dos procedimentos de busca, foram suas incursões inicias na ciência cognitiva, em especial suas tentativas de programar computadores para imitar os procedimentos humanos de tomada de decisão e de solução de problemas. A analogia entre a mente humana e o computador é, em geral, tomada de

maneira bastante literal. Um aspecto da teoria que faz transparecer isso com clareza é a identificação prática entre "computação" e "procedimentos racionais" – pessoas computam, computadores pensam etc. Um trecho onde isto aparece de forma evidente é o seguinte:

> Além dos artigos de Navplion [Simon (1976b)] e Ely [Simon (1978b)], escrevi outro no mesmo espírito para a celebração da publicação comemorativa em minha homenagem: "Sobre Como Decidir o que Fazer" [Simon (1978a)]. Em todos estes artigos, eu tentei mostrar que a economia tem que se preocupar com computação – com os processos que as pessoas efetivamente usam para tomar decisões – e tem que descrever a natureza destes processos." (Simon 1996, p. 324)

A ciência econômica, diz Simon, "tem que se preocupar com computação", com "os processos que as pessoas efetivamente usam para tomar decisões". Mas estes processos são precisamente o objeto de uma outra disciplina: a ciência cognitiva. A ciência econômica, portanto, no entender dele é tributária da ciência cognitiva. Parece-me bastante claro que a origem das formulações de Simon sobre a racionalidade é, desde meados da década de 1950, a ciência cognitiva. A intervenção dele no campo da ciência econômica é plenamente coerente com o seu trabalho naquela área.

Ao definir a racionalidade procedimental, Simon (1976b) define também um outro conceito para servir de contraponto, a racionalidade substantiva (*substantive rationality*). O comportamento é substantivamente racional quando ele é apropriado à realização de objetivos dados, sujeito a condições e restrições dadas. O comportamento é procedimentalmente racional quando é resultante de um processo deliberativo apropriado. A racionalidade plena é entendida como "substantiva" no sentido de que diz respeito apenas a *qual* a escolha feita, a seu *resultado*. O conceito de racionalidade procedimental foca a atenção em *como* a escolha é feita. O elemento básico na distinção entre a racionalidade substantiva e racionalidade procedimental está na proposição de que o processo de tomada de decisão, e portanto o agente que conduz o processo, influi de maneira significativa no resultado da decisão.

Ao modelar o comportamento dos agentes a partir de um conceito de racionalidade substantiva, a teoria sugere que o comportamento racional é quase inteiramente determinado pelas características do ambiente, dependendo do agente apenas no que diz respeito às suas preferências ou objetivos. Dessa forma, argumenta Simon (1976b, pp. 130–31), a economia foi capaz de se isolar completamente da psicologia. Já a racionalidade procedimental teve suas origens na psicologia. As pesquisas de Simon na

área da ciência cognitiva, demonstravam que, em situações complexas, a escolha feita, seu resultado, depende fortemente do processo particular que a gerou, e não apenas dos objetivos que a orientaram. Assim, torna-se imprescindível conhecer o *processo* pelo qual a escolha é feita. Como vimos, é precisamente isso que Simon vinha fazendo – mais ou menos explícita e conscientemente – desde a década de 1950.

Já comentamos acima a relação estreita que existe entre os "procedimentos de decisão" e a "computação". O que espero que esteja claro a esta altura é que a questão central da racionalidade procedimental é computacional: procedimentos são *algoritmos*. Satisfazimento e busca foram concebidos como algoritmos, na medida em que foram formas de implementação prática (programação) de procedimentos de decisão no computador. Além disso, vale notar que estes conceitos, ao menos em sua publicação, *precederam* historicamente o termo "racionalidade limitada". A escolha de alternativas satisfatórias aparece em Simon ([1955] 1957a), o termo "satisfazimento" associado a processos de buscas por alternativas aparece já plenamente desenvolvido em Simon ([1956] 1957c), o termo "racionalidade limitada" é o primeiro conceito geral que tenta englobar aquelas simplificações/procedimentos e surge em Simon (1957b). O segundo conceito geral, já mais tardio, e que tenta abarcar *os mesmos mecanismos* é o de "racionalidade procedimental", que aparece em Simon (1976b).[13] Em sua autobiografia, Simon (1996) comenta o artigo de 1955 – "escrito principalmente em 1952 durante meu primeiro verão na *RAND*" – da seguinte maneira:

> O que tornava o artigo distinto da maior parte da escrita econômica contemporânea era sua preocupação explícita com o processo de tomada de decisões, pela racionalidade procedimental, e não apenas substantiva. Por causa dessa preocupação com processo, o artigo representa também um primeiro passo na direção da simulação por computador do comportamento humano. (Simon 1996, pp. 165–66)[14]

Em resumo, a forma pela qual Simon modela o comportamento racional é, desde muito cedo, fundada em procedimentos, cuja base é composta pelo satisfazimento e pelos processos de busca. Neste sentido, ainda que isto seja uma imputação *a posteriori*, o conceito de racionalidade procedimental é aquele que captura melhor a visão do autor sobre a racionalidade, positivamente definida. O conceito de racionalidade limitada, por sua vez,

[13] Esta é, até onde sei, a primeira ocorrência do termo *no trabalho de Simon*.

[14] O fato deste comentário ser, evidentemente, feito em retrospecto não afeta o argumento aqui proposto, uma vez que se trata também, e explicitamente, de uma imputação.

tende sempre a operar pela negação: a negação da racionalidade plena. Alguém poderia questionar este argumento dizendo que o problema é, no fundo, apenas terminológico e que os conceitos de racionalidade limitada e racionalidade procedimental não são, na verdade, mais do que duas formas de ver a mesma coisa, dois pontos de vista sobre o mesmo conjunto de princípios teóricos. Não me oporia a isso como uma primeira aproximação. No entanto, parar aí implica, no meu entender, perder algo do que Simon tem a nos dizer sobre a racionalidade e também atribuir a ele mais do que realmente fez. Expressão clara da distinção que estou traçando aparece nas diferenças de recepção dos conceitos de racionalidade de Simon: a repercussão da racionalidade limitada no campo da ciência econômica é muito superior à de sua irmã mais nova e trabalhadeira.

Racionalidades, limites e procedimentos

Mesmo depois da proposição do conceito de racionalidade procedimental, em 1976, Simon continuou privilegiando o conceito de racionalidade limitada como a peça principal de seus argumentos. Um exemplo, entre muitos outros possíveis, é a *Nobel Lecture*, onde ele faz a afirmação de que os resultados de sua pesquisa na psicologia cognitiva fornecem "evidências empíricas conclusivas" de que "o processo de tomada de decisão em situações-problema conforma-se de perto aos modelos de *racionalidade limitada*" (Simon 1979, p. 507, ênfase minha). Além disso, Simon em muitas instâncias praticamente equaliza "modelos de racionalidade limitada" com modelos que assumam satisfazimento ao invés da maximização (por exemplo, a citação na p. 7 acima, de Simon 1997, p. 17). Uma forma de encaminhar a situação é assumir que a relação entre o conceito de racionalidade limitada e o de racionalidade procedimental é sempre uma de *compatibilidade*, mas não de identidade. Não creio que o próprio Simon ficaria confortável com esta proposição, no entanto, não reconhecer esse uso que ele faz dos conceitos implica um problema: Se a racionalidade procedimental é um "avanço" do conceito de racionalidade limitada, e não seu complemento, por que, então, a racionalidade limitada não foi abandonada por ele em favor da racionalidade procedimental? Sem dúvida ele continua a utilizar-se de ambos em paralelo, e, em geral, a racionalidade limitada constitui a face pública e mais visível do conceito de racionalidade de Simon. Poderíamos pensar que a racionalidade procedimental foi uma tentativa frustrada, do ponto de vista de sua repercussão. No entanto, reconhecer a complementaridade dos conceitos parece ser a solução mais correta para a questão: a racionalidade limitada faz a parte crítica do trabalho e a racionalidade procedimental a parte assertiva. Uma formu-

lação alternativa dessa complementaridade é dizer que "sob *condições* de racionalidade limitada" uma caracterização "mais positiva e formal dos *mecanismos* de decisão" é necessária (Simon 1979, p. 502, ênfase minha), ou seja, uma especificação de "procedimentos" de decisão. Uma ocorrência relativamente rara do reconhecimento da diferença, no sentido em que estou enfatizando, pode ser encontrada no seguinte trecho:

> [O caso da racionalidade limitada], pelo menos tal como apresentado na literatura econômica, havia sido principalmente negativo, um ataque à veracidade da teoria neoclássica sem muito mais do que pistas a respeito de como substituí-la. A distinção entre racionalidade procedimental e substantiva, que eu então comecei a desenvolver, ofereceu uma oportunidade para esboçar positivamente a teoria (psicológica) da racionalidade procedimental. (Simon 1996, p. 324)

No entanto, resulta deste tratamento dispensado por Simon aos conceitos uma certa ambiguidade. Ora a racionalidade limitada é, ou deve ser, entendida como a negação da racionalidade plena, não mais do que isso. Ora ela deve ser entendida como uma construção positiva, que inclui o satisfazimento e processos de busca, e cujo conteúdo, argumentamos aqui, seria melhor expresso pelo termo "racionalidade procedimental". Simon, em geral, não se esforça por marcar a distinção.

O resultado dessa situação é que o conceito, na medida em que ganhou curso na ciência econômica, acaba servindo como um conveniente atalho para quaisquer modelos que recusem a racionalidade plena, e não necessariamente aqueles que Simon tinha em mente. Claro que isso, por si só, não constitui um problema nem para ele e nem para aqueles que usam o conceito. O que é interessante apontar é que, se a racionalidade limitada constitui um ataque frontal às teorias de racionalidade plena, ela prima por sua *ausência de especificidade*. Isto já é verdadeiro no próprio Simon, mas torna-se especialmente evidente quando o conceito é adotado por outros com conceitos positivos de racionalidade distintos dos dele. O que sugiro é que talvez seja precisamente esta característica que permite que a racionalidade limitada abarque a diversidade da chamada "heterodoxia" – e mesmo algo da "ortodoxia". Quando Simon compilou seus artigos sobre economia, no início da década de 1980, ele intitulou os dois volumes resultantes de *Models of bounded rationality* (Simon 1982):[15] trata-se de "modelos" de racionalidade limitada, *alguns* modelos, e não "os modelos" e muito menos "o modelo". A pluralidade está implícita no conceito. Tendo isso em vista, fica mais fácil compreender a utilização do conceito de racionalidade

[15]*Modelos de racionalidade limitada.*

limitada por um Thomas Sargent, bem como as diferenças entre as visões de Simon e Sargent sobre o seu significado (Sent 1997; veja também Sent 2005). Klaes e Sent, analisando aquilo que eles definem como o "campo semântico da racionalidade limitada", acompanham historicamente tanto as diversas expressões que denotam os limites à racionalidade quanto os usos diferenciados de cada uma dessas expressões. Com base nesta análise, eles formulam com precisão o ponto em questão.

> É, então, um aspecto importante do uso mais recente de "racionalidade limitada", posteriormente à sua institucionalização como o núcleo do campo semântico da racionalidade limitada, que um número crescente de literaturas começou a usá-la de maneiras não somente incongruentes com a motivação inicial de Simon quando ele cunhou o termo, mas também exibindo significativa divergência transversal de interpretação. Enquanto escrevemos, "racionalidade limitada" está sendo empregada com numerosos matizes de significado, e há pouca indicação de qualquer convergência em direção a uma interpretação dominante. Tudo isso pouco afetou o uso da expressão como a moeda principal para conceituar limitações das capacidades de tomada de decisão de atores humanos. (Klaes e Sent 2005, p. 49)

Isto coloca em pauta um outro problema. Simon não foi o primeiro, e nem o único, a questionar as teorias econômicas baseadas na racionalidade plena pelo seu caráter pouco realista. Não é difícil supor que esta crítica seja tão velha quanto a teoria. No entanto, segundo Klaes e Sent (2005, p. 45), ao final dos anos 1980, a racionalidade limitada já "estava firmemente entrincheirada como um dos conceitos centrais da economia", tal como "documentado por sua presença no principal dicionário profissional da disciplina da economia". Neste caso, por que então Simon foi melhor sucedido que os demais? (Se é que foi.) Por que ele se tornou um dos principais porta-vozes dessa crítica? (Isto, sem dúvida, ele foi.) Por que ele se tornou o "profeta" da racionalidade limitada?

Algumas hipóteses (não excludentes) podem ser levantadas a este respeito. Em primeiro lugar, Simon confronta as teorias de racionalidade plena é verdade, mas no campo delas. Há um solo comum entre as propostas teóricas dele e as vertentes mais ortodoxas da economia: não me parece pouco que a racionalidade seja o elemento explicativo básico, que o agente econômico seja o *locus* dessa racionalidade, e que a modelagem econômica deva tomar, de preferência, a forma matemática. Em segundo lugar, Simon tinha uma inserção social e política no campo da ciência econômica nada desprezível. Ele mesmo explica o Nobel que recebeu por essa via: "se eu

era um *outsider* na profissão econômica como um todo, eu era um *insider* na sua elite. Sem essas credenciais, eu suspeito que eu não teria ganho o prêmio." (Simon 1996, p. 326). Por elite da profissão econômica ele se referia à *Cowles Comission* e, especialmente, à *Econometric Society*. Em terceiro lugar, o próprio prêmio Nobel, recebido por ele em 1978, sem dúvida pesa na legitimidade atribuída a seu trabalho. Esta hipótese ganha algum reforço ao olharmos o gráfico elaborado por Klaes e Sent (2005, p. 39) registrando ocorrências das diversas expressões que compõe o "campo semântico da racionalidade limitada". Nele percebe-se um certo equilíbrio entre as diferentes expressões até o ano de 1975 e a clara "decolagem" da "racionalidade limitada" entre os anos de 1975 e 1980. Ou seja, a responsabilidade da academia sueca no sucesso da expressão "racionalidade limitada" é, sem dúvida, significativa. Este é um fato interessante, do ponto de vista do argumento geral aqui proposto, ainda por uma outra razão: a "decolagem" acontece quando a racionalidade procedimental já havia sido criada.[16] Por último, mas não menos importante, ele mesmo ofereceu, ao longo de sua carreira uma série de especificações do conceito de racionalidade, na verdade desde que a própria racionalidade limitada foi proposta, através de modelos definidos de forma mais positiva – ainda que sem a pretensão de que estas suas propostas correspondessem à totalidade do conceito. Isto certamente ajudou a torná-lo mais operacional.

Se esses elementos ajudam a compreender "por que Simon?", resta ainda saber por que é que a crítica à racionalidade plena e ao seu parco realismo teve seu curso ampliado na ciência econômica. Se nossa caracterização da racionalidade limitada faz jus ao conceito, o problema é também o de saber como tal conceito foi capaz de tornar-se um importante, e relativamente bem-sucedido, portador da crítica ao irrealismo dos pressupostos da teoria econômica. A primeira tentação é atribuir isso à "veracidade da teoria":

> Os economistas não se congregaram à divisa do satisfazimento com sua racionalidade limitada. Estas ideias ainda permanecem fora da corrente principal da economia – mas não indefinidamente. [...] A ciência, vista como competição entre teorias, tem uma vantagem não superada sobre todas as outras formas de competição intelectual. No longo prazo (não mais que séculos), o vencedor sucede não por retórica superior, não pela habilidade de convencer ou fascinar a plateia leiga, não por influência

[16] O que torna mais difícil sustentar que a "'racionalidade procedimental' teria um papel secundário no corpus [de Simon] assim como em referências a seu trabalho" porque, em 1978, "Simon havia abraçado e se tornado conhecido por seus *insights* a respeito do conceito de racionalidade limitada" como fazem Klaes e Sent (2005, p. 42).

> política, mas pelo suporte dos dados, fatos tais como eles são gradual e cumulativamente revelados. Enquanto a veracidade factual não é contestada, pode-se ficar calmo com relação ao futuro de uma teoria. O futuro da racionalidade limitada é completamente seguro. (Simon 1996, pp. 364–65)

Se não houvesse outros motivos, já minha tentativa aqui de "destilar" o conteúdo do conceito de racionalidade limitada deveria induzir algum ceticismo com relação a esta proposta. Ademais, se a racionalidade limitada é uma versão cognitiva da negação da racionalidade plena, baseada no argumento do irrealismo dos pressupostos, na sua impossibilidade de aplicação prática direta, não há nenhum motivo para atribuir este argumento, com exclusividade, quer à Simon, quer à racionalidade limitada.

De certa forma, uma explicação para a questão é aproximadamente o que tenta Simon em "From substantive to procedural rationality", ao levantar "algumas razões para pensar que a racionalidade procedimental se tornará uma preocupação ainda mais central da economia ao longo dos próximos vinte e cinco anos" (Simon 1976b, p. 130). A resposta que ele propõe, em linhas gerais, é a de que a economia vinha sofrendo mudanças em suas questões centrais de pesquisa e que estas novas questões levariam a uma importância aumentada do "entendimento dos processos que subjazem a racionalidade humana". Entre as novas questões encontram-se: (i) o maior contato dos economistas com situações reais de negócio, (ii) influência da pesquisa operacional, (iii) competição imperfeita, e (iv) expectativas e incerteza. Contudo, mesmo hoje a maior penetração da racionalidade limitada, ainda que exista, é apenas relativa, e certamente não cumpriu plenamente as expectativas de Simon em 1976 – nem quantitativa, nem qualitativamente falando.

Considerações finais

Discutimos neste artigo a concepção de racionalidade de Herbert A. Simon. A proposta foi a de explicitar a relação entre os dois conceitos gerais de racionalidade do autor, e seus respectivos conteúdos. A racionalidade limitada é essencialmente uma construção em negativo: é a negação da racionalidade plena. E é marcada, sobretudo, pela sua pouca especificidade. A racionalidade procedimental incorpora, de um ponto de vista teórico, as contribuições positivas de Simon ao conceito de racionalidade. Podemos dizer que ela é o conjunto de especificações – com destaque para o satisfazimento, mas sempre na forma de procedimentos – propostas por Simon a respeito do que seja a racionalidade, ou, melhor dizendo, racionalidades. Assim, a racionalidade procedimental é aquela que melhor explicita a visão

de Simon sobre o comportamento racional. A racionalidade limitada e a racionalidade procedimental, portanto, são utilizadas por ele como complementares, no seguinte sentido: a racionalidade limitada faz a parte crítica, a procedimental, a assertiva.

Propus também a hipótese de que é a pouca especificidade da racionalidade limitada um dos motivos pelos quais ela encontra maior ressonância no campo da ciência econômica do que a racionalidade procedimental. A recepção diferenciada dos dois conceitos e a forma com que eles são utilizados, tanto por Simon quanto por outros, aponta nesta direção. Em suma, espero ter demonstrado que há mais em Herbert Simon do que a racionalidade limitada. No entanto, sugiro também que há menos na racionalidade limitada do que é costume assumir, e que tal conceito aproxima-se bastante da crítica, já bastante antiga e difundida, do irrealismo dos pressupostos, com uma roupagem específica. Além disso, o conceito de racionalidade limitada, na acepção de Simon ou em outras, representa um movimento ambíguo no que diz respeito ao valor atribuído à hipótese de racionalidade na teoria econômica. Por um lado, e isso o próprio Simon explicita, a racionalidade limitada amplia o escopo do conceito, no sentido de que um conjunto maior de situações econômicas poderá ser tratado como racional, supostamente com mais realismo também. Por outro lado, e isto ele não menciona, a racionalidade limitada implica, na prática, uma perda de especificidade do conceito de racionalidade. Como vimos, ao trabalhar com ele, somos continuamente instados a especificar, como Simon o foi. E a ideia de racionalidade começa a aparecer no plural – procedimentos, racionalidades – onde cada uma destas "racionalidades" é necessariamente circunstanciada. Nessas condições, a racionalidade vê ameaçada sua posição de fator explicativo por excelência na teoria econômica. Além disso, a polissemia sistemática do conceito abre espaço para interpretações várias, e não necessariamente compatíveis entre si: o casulo da racionalidade limitada pode abrigar as mais diversas metamorfoses da teoria econômica. Isto, como é evidente, não retira a pertinência da crítica que tal conceito opera e a que dá voz. E mesmo essa pouca especificidade do conceito tem implicações positivas não desprezíveis, no sentido de que é potencialmente criativa, de que abre espaço para a inovação teórica. Eu me inclino, conforme argumentei acima, a tomar tal pluralidade de significados como resultado dessa característica do conceito. Temos aqui um caso de tentativa de destruição potencialmente criativa. Resta saber o que se cria.

Uma outra questão importante no que diz respeito a essa característica de inespecificidade do conceito da racionalidade limitada, e ao uso sistematicamente ambíguo feito dele na literatura, é que tais características são previsivelmente não duradouras, e tanto menos perenes quanto maior

for o próprio sucesso e a difusão do conceito. Se hoje este caráter permite que, na política das disputas entre teorias, a racionalidade limitada sirva de bandeira única e relativamente compacta para um grupo relativamente heterogêneo, na medida em que o conceito ganhe maior curso, e que o valor de associar-se a ele cresça, as disputas internas eventualmente prevalecerão e, então, o centro da discussão sobre a racionalidade limitada terá se deslocado para a disputa em torno de quais as suas características "fundamentais", "originais", "canônicas", "verdadeiras" etc. A este respeito, Simon certamente terá uma posição privilegiada, mas tal disputa, se vier a acontecer, acontecerá também com intensa participação da vertente hoje hegemônica, que além de ser hegemônica já vem sendo capaz de absorver a racionalidade limitada e encontrando mesmo alguma funcionalidade nela, como bem demonstram os trabalhos de Sent a respeito dos usos do conceito por figuras como Thomas J. Sargent, Robert Aumann e Kenneth Arrow (Sent 2005). O próprio Simon, além de "profetizar", propôs a sua versão: a racionalidade procedimental, especialmente sob a forma da hipótese de satisfazimento e de processos de busca. Segundo ele, "uma teoria de racionalidade limitada é necessariamente uma teoria de racionalidade procedimental" (Simon 1997, p. 19). Mas, mesmo tendo ele tomado a dianteira, outros também propuseram e continuam a propor as suas, e a aparência de consenso que existe ao redor da racionalidade limitada é bastante superficial.

Referências

Barros, Gustavo (2004). "Racionalidade e organizações. Um estudo sobre comportamento econômico na obra de Herbert A. Simon". Dissertação de mestrado. São Paulo: FEA-USP, 2004.

Klaes, Matthias e Esther-Mirjam Sent (2002). "An institutional history of the emergence of the concept of bounded rationality". Paper presented at the Biennial Conference at INEM and the Annual Conference of the UK HET Group, Stirling. Set. de 2002.

— (2005). "A conceptual history of the emergence of bounded rationality". Em: *History of Political Economy* 37.1 (2005), pp. 27–59.

March, James G. e Herbert A. Simon (1958). *Organizations*. New York: John Wiley and Sons, 1958.

Sent, Esther-Mirjam (1997). "Sargent versus Simon: bounded rationality unbound". Em: *Cambridge Journal of Economics* 21.3 (1997), pp. 323–38.

— (2005). "Simplifying Herbert Simon". Em: *History of Political Economy* 37.2 (2005), pp. 227–232.

Silveira, Antonio Maria da (1983). "Simon e o satisfazimento". Em: *Literatura Econômica* 5.5 (set.–out. de 1983), pp. 587–620.

— (1994). "Aplicabilidade de teorias: microneoclássica e estratégia empresarial". Em: *Revista de Economia Política* 14.2 (abr.–jun. de 1994), pp. 53–76.

Simon, Herbert A. (1947). *Administrative behavior. A study of decision-making processes in administrative organization*. 1ª ed. New York: The Macmillan Company, 1947.

— (1957a). "A behavioral model of rational choice". Em: *Models of man, social and rational*. New York: John Wiley and Sons, 1957, pp. 241–260. (Originalmente publicado em: *The Quarterly Journal of Economics* 69.1 (fev. de 1955), pp. 99–118.)

— (1957b). *Models of man, social and rational. Mathematical essays on rational human behavior in a social setting*. New York: John Wiley and Sons, 1957.

— (1957c). "Rational choice and the structure of the environment". Em: *Models of man, social and rational*. New York: John Wiley and Sons, 1957, pp. 261–273. (Originalmente publicado em: *Psychological Review* 63 (mar. de 1956).)

— (1976a). *Administrative behavior. A study of decision-making processes in administrative organization*. 3ª ed., com nova introdução. New York: The Free Press, 1976.

— (1976b). "From substantive to procedural rationality". Em: *Method and appraisal in economics*. Ed. por Spiro J. Latsis. Cambridge: Cambridge University Press, 1976, pp. 129–148.

— (1978a). "On how to decide what to do". Em: *The Bell Journal of Economics* 9 (1978), pp. 494–507. (Reimpresso em: *Models of bounded rationality*. Vol. 2. Cambridge, MA: The MIT Press, 1982.)

— (1978b). "Rationality as process and as product of thought". Richard T. Ely lecture. Em: *American Economic Review* 68.2 (1978), pp. 1–16.

— (1979). "Rational decision making in business organizations". Nobel Memorial Lecture. Em: *American Economic Review* 69.4 (set. de 1979), pp. 493–513.

— (1982). *Models of bounded rationality*. 2 vols. Cambridge, MA: The MIT Press, 1982.

— (1987). "Satisficing". Em: *The new Palgrave. A dictionary of economics*. Ed. por John Eatwell, Murray Milgate e Peter Newman. Vol. 4. New York: Palgrave, 1987, pp. 243–245.

— (1996). *Models of my life*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996. (Originalmente publicado: New York: Basic Books, 1991.)

— (1997). *An empirically based microeconomics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.